

Agência Brasileira de Cooperação – ABC
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD

RELATÓRIO DE FINAL

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Sigla e Título do Projeto: BRA/11/001 - Apoio para a Implementação dos Compromissos das Convenções Internacionais que tratam da Biodiversidade
Agência Executora Nacional: Ministério do Meio Ambiente – Secretaria de Biodiversidade
Áreas geográficas beneficiadas: Abrangência Nacional
Endereço/Telefone da Agência Executora Nacional: Esplanada dos Ministérios- Ministério do Meio Ambiente – Bloco B - 8º andar
Período coberto pelo Relatório: 29/08/2011 a 30/09/2018
Orçamento total do projeto: US\$ 2,302,774.66
Local e data do relatório: Brasília, 16 de julho de 2019
Autor do relatório: Luciana de Brito Lima* * (baseada no aporte técnico dos departamentos da SBio envolvidos no Projeto)

2. REALIZAÇÃO DOS RESULTADOS E PRODUTOS PREVISTOS NO PROJETO, CONFORME MATRIZ LÓGICA.

ANÁLISE DE PROGRESSO PARA O ALCANCE DO RESULTADO

RESULTADO 1 - Conceber mecanismos e instrumentos para a implementação da Convenção sobre Diversidade Biológica e do monitoramento da implantação da Política Nacional de Biodiversidade

PRODUTOS do Resultado 1	STATUS ATUAL DE ALCANCE DOS PRODUTOS VIS-A-VIS METAS ESTABELECIDAS Indicar status alcançado: ⇒ Implementado/completado; ⇒ Dentro do Cronograma; ⇒ Fora do Cronograma Não implementado/não iniciado	ANÁLISE DE PROGRESSO DOS PRODUTOS:
Produto 1.1 Indicadores para garantir o acompanhamento da adoção dos dispositivos da Convenção sobre Diversidade Biológica e para avaliação e monitoramento do grau de implementação da Política Nacional de Biodiversidade, concebidos	Implementado	Em 2012, o MMA concebeu um processo de consulta à sociedade brasileira sobre quais deveriam ser as metas nacionais de biodiversidade, como cooperação do Brasil ao atingimento das Metas de Aichi da CDB. Durante o final de 2012 e durante 2013, as sugestões de metas oriundas das consultas foram submetidas a discussões no âmbito da Comissão Nacional de Biodiversidade (CONABIO), que em setembro de 2013, por meio da Resolução nº 6, instituiu as Metas Nacionais de Biodiversidade para 2011-2020. Em 2014 foram elaborados projetos visando a transversalidade da biodiversidade. Neste produto (2015-2018), também, foram elaboradas a atualização da lista da Fauna brasileira, relatórios para a implementação da Ferramenta de validação dos mapeamentos no âmbito do PMABB e a elaboração do 6º Relatório Nacional para a convenção sobre Diversidade Biológica.
Produto 1.2 Metodologias e capacidades internas visando à difusão de informações, a capacitação e	Implementado	Em 2012 foi elaborado um documento em um evento, denominado "Diálogos da Biodiversidade: construindo a estratégia brasileira para 2020". O evento contou com a participação de setores da sociedade (academia, setor privado, ONGs, setor governamental e de povos indígenas e populações tradicionais). Ao final, como resultado, foram definidas as metas nacionais de Aichi para 2020). Em 2013 e 2014 optou-se pela realização de eventos de capacitação, tendo em vista que em outubro de 2014 foi realizada a 12ª COP da CDB, sendo necessário que a sociedade estivesse preparada para participar do processo. Em 2015

qualificação de diferentes setores da sociedade sobre as decisões das Conferências das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, desenvolvidas.		e parte de 2016 foram realizados eventos de qualificação para dois setores da sociedade brasileira. A partir de 2016 esse produto passou a ser executado pelo BRA/12/G31 e foi retirado do projeto.
Produto 1.3 – Mapas dos remanescentes dos biomas Cerrado, Mata Atlântica, Pantanal, Pampa e Caatinga para os anos 2010, 2011, 2012 e 2013, confeccionados.	Não implementado por este projeto/não iniciado	As atividades de mapeamento dos remanescentes dos biomas brasileiros foram repassadas ao Ibama, não cabendo mais ao MMA a realização deste produto. E, a agenda de monitoramento da cobertura vegetal foi deslocada da SBio para a SMCQ no MMA. Sendo assim, foi solicitado o cancelamento desse produto do projeto.
Produto 1.4 – Processo de atualização das áreas prioritárias dos biomas brasileiros concluído.	Implementado	Foi realizado todo o processo de atualização de todas as áreas prioritárias dos biomas brasileiros (Pampa, Cerrado, Pantanal, Mata Atlântica, Amazônia, Caatinga e Zona Costeira e Marinha).
Produto 1.5 – Georreferenciamento de informações (vetorização de base de dados e georreferenciamento de imagens), interpretação de imagens, cruzamento e processamento de dados, realizados.	Não implementado por este projeto/não iniciado	Foi solicitado o cancelamento desse produto do projeto.
Produto 1.6 – Sistema abrangente de áreas protegidas, ecologicamente representativo, efetivamente manejado e	Implementado	Foram realizadas reuniões com parceiros e especialistas em Reserva da Biosfera para alavancar o funcionamento e gestão das reservas da biosfera e Reuniões com órgãos gestores sobre criação de unidades de conservação e implementação da meta 11-Aichi para ampliação do SNUC. Neste período foram contratadas consultorias que elaboraram os seguintes produtos: -Atualizar informações e estabelecer mecanismos para armazenar dados, documentar conhecimentos e experiências sobre áreas protegidas;

<p>integrado a paisagens terrestres e marinhas mais amplas, estabelecido</p>		<ul style="list-style-type: none"> - Documento sobre as legislações dos Estados sobre Unidades de Conservação para subsidiar a implementação e gestão de UCs - Documento para trabalhos de cartografia, sistema de informação geográfica (SIG) e geoprocessamento para subsidiar a implementação e gestão de UCs; - Documento para subsidiar processos de criação de novas unidades de conservação federais e georreferenciamento de RPPN; - Documentos para subsidiar a implementação e gestão de UCs - Refinamento dos dados produzidos pelo TerraClass de forma a resultar em um mapa cuja macroclasse natural esteja classificada em formação florestal, savânica e campestre; - Estudo Ambiental ou georreferenciamento em apoio à criação / ampliação de UCs; - Desenvolvimento de critérios e protocolos para elaboração de 2 oficinas e 1 relatório de monitoramento do Alcance da Meta Nacional da Biodiversidade – Meta 11 -efetividade de gestão e equidade; - Subsídios para o levantamento de informações ambientais com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação de forma a subsidiar relatório para reconhecimento de novos Sítios do Patrimônio Mundial a serem propostos a UNESCO; e - Programas formulados para conectividade de paisagens, além do suporte ao aprimoramento de instrumentos correlatos de proteção ambiental que contribuem para o Programa.
<p>Produto 1.7 – Sistema de monitoramento das espécies da fauna e flora no País, desenvolvido</p>	<p>implementado</p>	<p>Foram realizadas reuniões preparatórias e Seminários sobre efetividade de instrumentos de conservação para espécies ameaçadas, reuniões de colaboradores das OEMAs para o desenvolvimento da Estratégia nacional de conservação das espécies ameaçadas de extinção e oficina para análise dos instrumentos de conservação e discussão da estratégia nacional. Outras ações como: Propostas de ações mitigadoras das espécies da fauna e flora que requerem medidas urgentes de conservação; definição de arquitetura organizacional de banco de dados para espécies da fauna e flora brasileiras.</p>
<p>Produto 1.8 – Pesquisas estratégicas nos biomas Cerrado e Pantanal, realizadas</p>	<p>Implementado</p>	<p>Em 2012 foi confeccionado o termo de referência para ampliar o conhecimento sobre a biodiversidade Aquática. Em 2013 não foram desenvolvidos os estudos para o Cerrado e o Pantanal devido à necessidade de readequação dos tipos de contratação a serem realizados por meio do Projeto. Redefinição dos termos de referência. A atualização das áreas prioritárias é feita por meio de Portaria Ministerial e deve contemplar todos os Biomas e serem encaminhados pela CONABIO. O exercício técnico para os biomas Cerrado e pantanal está concluído. Porém, os demais biomas ainda não foram concluídos. Os demais Biomas já iniciaram a execução dos exercícios técnicos. Em 2014 foi iniciado o processo de consolidação das informações sobre o cerrado que foram disponibilizadas no Portal sobre a Biodiversidade Brasileira, e que se encontravam em processo de instalação nas dependências do ICMBIO. Houve a continuidade da consolidação das informações e realização de reuniões para estabelecimento do cronograma. Em 2015 e 2016 houve a sistematização das informações sobre os biomas Cerrado e Pantanal decorrentes de</p>

		pesquisas e outras ações. Este produto foi atendido com recursos de outro projeto, o GEF Cerrado e o desenvolvimento do Terra Class, tendo o projeto custeado a 15ª Reunião Ordinária da Comissão Nacional do Cerrado.
Produto 1.9 - Estudos detalhados sobre as ecorregiões aquáticas, realizados.	Implementado parcialmente e incorporado no produto 1.10	Foi realizado estudo para ampliar o conhecimento sobre a biodiversidade aquática realizado e empregado como subsídio a elaboração dos planos de ação para espécies aquáticas ameaçadas.
Produto 1.10 - Mapas das áreas prioritárias aquáticas no país, consolidados	Implementado	Foram realizadas reuniões para a avaliação dos ecossistemas aquáticos prioritários para a conservação da biodiversidade e participação de especialistas na reunião da Comissão Internacional da Baleia(CIB) Neste período foram contratadas consultorias: - Documento contendo mapa e definição das áreas prioritárias costeiras e marinhas realizado pelo projeto GEF mar; - Estudo sobre as áreas prioritárias costeiras e marinhas com a proposta de criação do Santuário de Baleias do Atlântico Sul, e seu plano de manejo
Produto 1.11 - Estudos sobre a situação dos estoques pesqueiros e suas relações ecológicas, realizados.	Implementado parcialmente	Em 2012 não houve a pactuação de uma estratégia entre MMA, MPA, IBGE e instituições parceiras (MCTI, IBAMA, ICMBio, etc) para o levantamento de dados e avaliação dos estoques e das relações ecológicas da pesca. Em 2013, os estudos ainda não tinham sido iniciados devido a dificuldades para entrar em contato com todos os atores envolvidos. Foi feita a articulação com a FURG para a realização de um termo de cooperação para realizar os estudos. A meta de 20% era baseada em um índice de recuperação utilizado pelo IBAMA. Entretanto, não foi definido um programa de trabalho para o desenvolvimento de avaliações de estudos pesqueiros junto aos órgãos que tem essa atribuição. Foram realizados outros tipos de estudos e relatórios técnicos relacionados ao monitoramento da atividade pesqueira. O índice de 20% também foi revisto para se adaptar às novas abordagens utilizadas no monitoramento da atividade pesqueira Em 2014 houve deficiência de pessoal e excesso de demandas sobre o ordenamento da atividade pesqueira que impediram a maior dedicação da equipe; além disso, a realização de estudos depende de dados de pesquisa e monitoramento que não estiveram disponíveis para a realização dessa meta. Em 2015, houve certo avanço, porém, sendo necessárias mais negociações. Os estudos que estavam previstos constituem subsídio ao processo de ordenamento conjunto da atividade pesqueira entre MMA e MPA, coordenador do processo. Entretanto não houve definição das prioridades de ordenamento que orientassem os estudos. Os ministérios definiram no primeiro semestre algumas prioridades de ordenamento, incluindo a definição dos colegiados que deverão gerar e discutir informações para a gestão pesqueira. Em paralelo, o MMA elaborou análises técnicas a partir de dados secundários relacionados aos impactos da pesca sobre espécies ameaçadas de peixes e invertebrados aquáticos. Em 2016, com a

		extinção do MPA e transferência das atribuições de ordenamento da pesca ao MAPA, houve paralisação ou atraso das atividades previstas. Entretanto, o MMA juntamente com o ICMBio e Ibama promoveram reuniões e levantamentos de informações em subsídios a redução dos impactos da pesca sobre a fauna marinha, com destaque para a reunião do ACAP. Em 2017 foram realizadas oficinas relativas à gestão pesqueira e não houve priorização para outros assuntos sob o encargo da Secretaria.
Produto 1.12 - Ferramentas de gestão dos recursos pesqueiros a partir da abordagem ecossistêmica, de precaução e de instrumentos econômicos sustentáveis, desenvolvidas	Implementado parcialmente	<p>2012 – Não houve avanços relacionados a esse produto. A aplicação da abordagem ecossistêmica na gestão de recursos pesqueiros depende de pactuação de estratégia com as instituições diretamente envolvidas (MMA e MPA) e parceiras (MCTI, IBAMA, ICMBio).</p> <p>2013- Foi concluída uma estratégia desenvolvida a partir de diretrizes internacionais para a aplicação da abordagem ecossistêmica na gestão de recursos pesqueiros.</p> <p>2014- O programa obteve avanços na definição de normas e implementação de medidas que empregam a abordagem ecossistêmica (áreas de exclusão de pesca, mitigação de capturas incidentais), porém não obteve avanços quanto aos instrumentos econômicos devido ao excesso de demandas de ordenamento da pesca e carência de pessoal.</p> <p>Em 2015- Os instrumentos legais que tratam da abordagem ecossistêmica e a gestão pesqueira, incluindo os aspectos econômicos, sociais e ambientais, estão sob revisão conjunta entre MPA e MMA. Foi feita a revisão para atualização da norma do sistema de gestão compartilhada do uso sustentável dos recursos pesqueiros entre MMA e MPA. Não houve avanços nas negociações entre os dois órgãos.</p> <p>Em 2016- com a extinção do MPA e transferência das atribuições de ordenamento da pesca ao MAPA, houve paralisação ou atraso das atividades previstas. A SBio/MMA está contratando estudos como os de consultorias para subsidiar a revisão das normas de defesos nos Comitês de Gestão. Em decorrência do planejamento do Departamento para 2016, foram priorizadas as ações ligadas à 1.11 e 2.11, tendo sido realizadas atividades de sistematização de informações científicas e propostas de manejo para espécies invasoras (Coral-Sol), revisão de normas de preservação de espécies aquáticas em período reprodutivo (defeso) e criação de um Santuário de Baleias no Atlântico Sul. A linha 1.12 foi excluída na revisão substantiva iniciada em abril de 2016 e aprovada em dezembro de 2016</p>
Produto 1.13 – Documento contendo diretrizes para as ações estratégicas sobre o uso e conservação das espécies de interesse silvicultural e sistemas agroflorestais, elaborado.	Implementado parcialmente	Em 2012 - O Plano Plurianual, publicado em 2012, teve como meta a ampliação de florestas plantadas com espécies nativas em 600 mil hectares. A Lei 12.651/2012, que instituiu a nova lei florestal, previu a instituição de programas de incentivo à conservação do meio ambiente pelo Poder Executivo Federal. Com base nessas novas orientações, o MMA buscou regulamentar uma estratégia nacional de florestas plantadas. Considerando que a coordenação da estratégia nacional de florestas plantadas é da Secretaria-Executiva do MMA, o Departamento de Florestas (DFLOR) passou a articular com os demais departamentos a viabilização de atividades previstas no projeto. Por meio do Projeto BRA/11/001, o MMA apoiou o Diálogo sobre Alimentos, Produtos Florestais, Biocombustíveis e Florestas (Diálogo 4Fs Brasil), realizado de 11 a 14 de novembro de 2012, em Capão Bonito - SP. O evento, organizado pelo

		<p>TFD, em parceria com o Instituto Ethos e apoio da WWF, Conservação Internacional e Diálogo Florestal Brasileiro, promoveu uma discussão multisetorial sobre os cenários econômico, ambiental e social para o futuro, procurando a partir daí identificar as principais oportunidades e obstáculos para que estas questões sejam tratadas de forma integrada.</p> <p>Em 2013 - Com a publicação da Lei 12.651/2012, que instituiu a nova lei florestal, diversas orientações e diretrizes foram modificadas. A Lei alterou de forma significativa as atividades em andamento, o que promoveu uma reestruturação nas unidades do MMA que trabalhavam com o tema. Dentro desse processo, o Departamento de Florestas (DFLOR), unidade que executava este produto, foi extinto e as atribuições transferidas para o Serviço Florestal Brasileiro. Sendo assim, foi solicitado o cancelamento deste produto. Entretanto, em 2014, foi definido o mapeamento macrorregional com indicação das espécies prioritárias.</p>
<p>Produto 1.14 – Ferramentas de gestão dos recursos genéticos e dos conhecimentos tradicionais associados através de instrumentos socioeconômicos e ambientais sustentáveis, desenvolvidas;</p>	Implementado	<p>Foram promovidos subsídios técnicos e capacitação para a repartição justa e equitativa de benefícios advindos da biodiversidade e Capacitações de atores relacionados ao tema de acesso e repartição de benefícios. Além disso, foram realizadas oficinas para promover o modelo brasileiro de acesso e repartição de benefícios em fóruns bilaterais e multilaterais.</p> <p>Foram realizadas consultorias como:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Relatórios para verificação e validação das espécies de interesse para as atividades de acesso e repartição de benefícios contidas nas listas oficiais da fauna e da flora brasileiras - Desenvolvimento de ferramentas para a gestão da análise de processos e para manter registro atualizado de informações sobre acesso aos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados. - Desenvolvimento de estratégias voltadas à capacitação de atores afetos ao tema de acesso e repartição de benefícios.
<p>Produto 1.15 – Estratégias para promoção do conhecimento, inovações e práticas das comunidades locais e populações indígenas com estilo de vida tradicionais, implementadas</p>	Implementado	<p>Foram realizadas capacitações de comunidades tradicionais e oficinas de qualificação sobre a legislação de acesso e repartição dos benefícios voltados a povos indígena, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares com a colaboração de especialista que torne a linguagem da legislação mais acessível ao público alvo.</p>
<p>Produto 1.16 - Diagnóstico das áreas degradadas e diretrizes para ações de</p>	Implementado	<p>Este produto foi inserido na Revisão Substantiva 2 assinada em 02-12-2014). Foi elaborado o relatório de planejamento de recuperação de áreas de preservação permanente e de reserva legal das propriedades cadastradas que integrarão o Corredor das Onças na sub bacia do Ribeirão Pirapitingui.</p>

recuperação de ecossistemas degradados, concluídos		
ANÁLISE DE PROGRESSO PARA O ALCANCE DO RESULTADO		
RESULTADO 2 - Conceber mecanismos e instrumentos para a implementação dos objetivos, direitos e compromissos assumidos pelo Brasil com a ratificação de Acordos Internacionais relacionados à biossegurança e à diversidade genética.		
PRODUTOS do Resultado 2	STATUS ATUAL DE ALCANCE DOS PRODUTOS VIS-A-VIS METAS ESTABELECIDAS	ANÁLISE DE PROGRESSO DOS PRODUTOS:
Produto 2.1 - Estudos das espécies da flora nativa do Brasil, de valor econômico atual e potencial, de uso local e regional, com vistas à definição das espécies prioritárias para uso, como alimentícias, fitoterápicas e cosméticas, realizados	Implementado	Foi implementado um amplo programa de disseminação do livro referente às "Espécies Nativas da Flora Brasileira de Valor Econômico Atual ou Potencial - Plantas para o Futuro - Região Sul". Exemplares do livro foram enviados a todas as instituições jurídicas (federais e estaduais) e físicas envolvidas com a matéria. Além da região sul outras ações foram desenvolvidas para as regiões Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Norte.
Produto 2.2 – Estudos sobre o uso de espécies da flora brasileira, prioritariamente nativas, na alimentação, visando demonstrar ligação entre biodiversidade, alimentação e nutrição, realizados	Implementado	Foi elaborado o Projeto "Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade para Melhoria da Nutrição e do Bem-Estar Humano", cujo nome operativo é "Biodiversidade para Alimentação e Nutrição". Além disso, foram realizadas oficinas como "Introdução à Metodologia para Compilação de Dados de Composição Nutricional de Alimentos", em parceria com o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, e envolveu representantes dos Centros Colaboradores da Alimentação Escolar – CECANEs, com vistas ao desenvolvimento de capacidades para que dados de composição nutricional das espécies alimentícias da Iniciativa "Plantas para o Futuro" sejam disponibilizados em Tabelas de Composição de Alimentos – TCAs. Até dezembro de 2014, haviam sido compilados dados preliminares de 34 espécies de frutas nativas. A análise e a construção do banco de dados estão sendo executados com recursos de outro projeto (BFN).
Produto 2.3 – Documentos técnicos e didáticos sobre espécies	Implementado parcialmente e incorporado no produto 2.1	Este produto foi retirado do projeto e incluído no produto 2.1

da flora presentes no território brasileiro, prioritariamente nativas, como forma de valorizar o potencial econômico, incentivando sua utilização, elaborados		
Produto 2.4 - Diagnósticos da situação de conservação <i>in situ</i> , <i>ex situ</i> e <i>on farm</i> dos recursos genéticos em cada região geopolítica, inclusive mapeamentos da distribuição geográfica de variedades crioulas e de parentes silvestres, elaborados.	Implementado parcialmente	A conservação <i>in situ</i> , <i>ex situ</i> e <i>on farm</i> dos recursos genéticos, inclusive de variedades crioulas e de parentes silvestres, é uma ação complexa tendo em vista a necessidade de grande aporte de recursos. Foram realizadas reuniões técnicas com membros da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e com ela firmada uma parceria, utilizando-se recursos de outro projeto (Projeto GEF Cerrado). O produto foi cancelado e o tema de Parentes Silvestres foi assumido por outros setores do MMA e do MAPA/Embrapa.
Produto 2.5 - Estratégias para a promoção da conservação <i>in situ</i> , <i>ex situ</i> e <i>on farm</i> de recursos genéticos nas regiões geopolíticas do país, elaboradas.	Implementado parcialmente	O levantamento das informações referentes à situação dos recursos genéticos em âmbito nacional é uma tarefa complexa devido à dimensão continental do nosso país. Discussões foram levadas a cabo com vistas à organização de parceria com o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE para o levantamento das informações referentes à situação dos recursos genéticos em âmbito nacional. Entretanto, o produto foi cancelado e o tema foi assumido por outros setores.
Produto 2.6 - Documentos técnicos e didáticos para a divulgação da situação da conservação <i>in situ</i> , <i>ex situ</i> e <i>on farm</i> de recursos genéticos no país e das estratégias para a ampliação dessa	Implementado parcialmente	O produto foi cancelado e o tema foi assumido por outros setores.

conservação, elaborados.		
Produto 2.7 – Estudos para a definição de estratégias voltadas à implementação de compromissos internacionais assumidos pelo país no âmbito do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança e do Tratado Internacional de Recursos Fitogenéticos Agricultura e Alimentação, realizados.	Implementado	Foram realizadas discussões com o setor acadêmico/científico no que diz respeito à definição de estratégias para a internalização e implementação do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, que inclui o Protocolo Suplementar aprovado na COP 10, em Nagoia. Tanto o Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança - PCB quanto o Tratado Internacional de Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura - TIRFAA foram internalizados no país por meio de várias ações e articulações envolvendo diferentes setores da Esplanada interessados na temática. Foram realizadas capacitações sobre temas relacionados a recursos fitogenéticos e biossegurança. Foi elaborada a Estratégia Nacional e Planos de Ação para a Conservação da Biodiversidade.
Produto 2.8- Estudos para definição de estratégias que possam minimizar eventuais impactos ao meio ambiente e à biodiversidade decorrentes da liberação comercial de organismos geneticamente modificados, elaborados.	Implementado parcialmente	Ocorreram reuniões para a definição de ações e estratégias para a criação de zonas de proteção da agro biodiversidade e para avaliar o avanço dos OGMs no Brasil e as possíveis contaminações. Além de internalizar os avanços do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, com ênfase para medidas para minimizar impactos. O Departamento do Patrimônio Genético iniciou a implementação das instituições criadas pela Lei 13.123/2015 e pelo Decreto 8.772/2016, tais como o CGen e o Fundo Nacional para Repartição de Benefícios. Dessa forma, não houve recursos humanos disponíveis para a realização desse produto.
Produto 2.9 – Diagnósticos para a definição de estratégias voltadas à criação de zonas livres de transgênicos (zonas de proteção da agrobiodiversidade), que	Implementado parcialmente	Em 2012 e 2013 foram realizadas articulações com as organizações não governamentais e movimentos sociais para a definição de estratégias que possam minimizar a contaminação dos parentes silvestres das principais espécies de plantas cultivadas e das variedades convencionais, incluindo as variedades crioulas, por variedades geneticamente modificadas. Entretanto o produto foi cancelado na revisão substantiva de 2014.

possam minimizar os impactos do uso de variedades geneticamente modificadas sobre as variedades convencionais, inclusive orgânicas, realizados		
Produto 2.10 – Capacitação de agentes públicos e representantes da sociedade civil sobre os riscos e impactos ao meio ambiente e à biodiversidade, decorrentes da liberação comercial de organismos geneticamente modificados – OGMs, realizada	Implementado parcialmente	Trata-se de um processo que depende da articulação com o setor governamental e segmentos da sociedade civil. Em 2012 e 2013, o MMA acompanhou pari passo as discussões no âmbito da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança com vistas à redução dos riscos decorrentes da liberação comercial (no meio ambiente) de organismos geneticamente modificados (OGM). Adicionalmente, reuniões foram realizadas junto ao Grupo de Estudos de Agroecologia, que envolvia diferentes setores da sociedade, com vistas a discussão do tema para definição de estratégias de capacitação, particularmente a transferência de experiências para os agricultores familiares, com vistas a minimizar os possíveis impactos decorrentes do cultivo no Brasil de OGM. Entretanto, o produto foi cancelado na revisão substantiva de 2014.
Produto 2.11 - Conhecimentos sobre a situação das espécies exóticas invasoras e invasões biológicas no país, com ênfase para aquelas de maior impacto, gerados e disseminados para atores locais e regionais	Implementado	As espécies exóticas invasoras se tornaram um problema em âmbito nacional e que carece de conhecimentos técnicos e científicos para a identificações de soluções. Foi preparada a lista oficial de espécies exóticas invasoras de ambiente marinho e divulgação de estudos e informações sobre as espécies exóticas invasoras de águas continentais e de ambiente terrestre. Parcerias foram conduzidas com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, já que as espécies exóticas invasoras são consideradas a segunda maior causa de perda de biodiversidade, com graves impactos às UCs. Foram realizados os planos de controle monitoramento de espécies de Coral Sol e do Mexilhão dourado
Produto 2.12 – Capacitação de agentes públicos e representantes da sociedade civil sobre a	Implementado parcialmente	Apesar das atividades terem sido conduzidas em parceria com técnicos do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, houve necessidade de ampliar as ações nessa área, de modo a atingir agentes públicos nas diversas regiões do país. Cursos foram estimulados junto aos diferentes segmentos da sociedade, inclusive junto ao segmento não-governamental, caso do Instituto Hórus que desenvolveu cursos rotineiros para disseminar práticas relativas ao controle de espécies exóticas invasoras

prevenção de introdução, erradicação, controle e monitoramento de espécies exóticas invasoras, realizada		no país. Organização de parcerias junto a organizações governamentais e não-governamentais para disseminar ações voltadas à prevenção, erradicação, controle e monitoramento de espécies exóticas invasoras em âmbito nacional. Para facilitar essa tarefa foram elaborados, publicados e distribuídos livros sobre as espécies exóticas invasoras que afetam os ambientes, a saúde humana e os sistemas de produção. o produto foi cancelado
ANÁLISE DE PROGRESSO PARA O ALCANCE DO RESULTADO RESULTADO 3 - Conceber capacidade técnica no MMA para o planejamento de políticas públicas e integradas às diretrizes e programas da Convenção sobre a Diversidade Biológica e Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional – Convenção de Ramsar.		
PRODUTOS do Resultado 3	STATUS ATUAL DE ALCANCE DOS PRODUTOS VIS-A-VIS METAS ESTABELECIDAS	ANÁLISE DE PROGRESSO DOS PRODUTOS:
Produto 3.1 - Estratégia nacional de conservação e uso sustentável da biodiversidade dos ambientes aquáticos, elaborada	Não implementado por este produto/não iniciado. Este produto está incorporado nos demais produtos deste resultado.	Este produto depende de articulação com o ICMBio. Foram realizadas reuniões com o ICMBio no intuito de viabilizar um curso com os gestores dos Sítios Ramsar. No processo de revisão substantiva do Projeto, foi solicitada a exclusão do Produto 3.1. Os resultados que eram esperados pela sua implementação estão contemplados nos demais produtos do Resultado 3.
Produto 3.2 - Estudos técnicos para subsidiar as diretrizes nacionais para implementação da Convenção de Ramsar, realizados	Implementado	Em 2012, deu-se início à contratação de consultoria para a elaboração do estudo sobre questões consideradas essenciais a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios para os ecossistemas aquáticos. Em 2013 foram realizados estudos técnicos para a indicação UCs para designação como Sítios Ramsar e áreas para criação de UCs. O Secretariado de Ramsar finalizou a análise e aprovou a indicação do novo Sítio Ramsar Parque Nacional do Cabo Orange em novembro de 2013. Outras 6 candidaturas a Sítios Ramsar foram encaminhadas ao Comitê Nacional de Zonas Úmidas. A SBio contratou consultoria para auxiliar na elaboração das 6 candidaturas citadas acima. Outra consultoria deverá ser contratada para auxiliar na elaboração de mais 4 candidaturas. Ademais, a SBio está analisando mais duas propostas a novos Sítios Ramsar (demandas espontâneas). Em 2014 foi realizado um estudo técnico para caracterização de regiões importantes para a conservação das zonas úmidas brasileiras e, em 2015, relatório para subsidiar a candidatura de sítios Ramsar, finalizando em 2016. Em 2017 foram realizadas oficinas (CNZU + Oficinas da Estratégia Ramsar) e o Relatório Nacional para a COP 13 de Ramsar. Em 2018 foram elaboradas fichas RIS - RAMSAR para novos sítios.

Produto 3.3 – Consultas regionais e nacional sobre a estratégia nacional de conservação dos Sítios Ramsar, realizadas.	Implementado parcialmente por este produto. Este produto está incorporado nos demais produtos deste resultado	Em 2012 e 2013 foram realizados estudos para definir critérios e prioridades para indicação de criação de novas UCs e Sítios Ramsar. No processo de revisão substantiva do Projeto, foi solicitada a exclusão do Produto 3.3. Os resultados que eram esperados pela sua implementação estão contemplados nos demais produtos do Resultado 3, sobretudo se forem incorporados os novos produtos sugeridos na revisão substantiva
Produto 3.4 – Cursos de capacitação para gestores dos Sítios Ramsar, realizados.	Não implementado por este produto/não iniciado.	O planejamento dessa atividade não pode ser concluído por ser um processo a ser trabalhado em conjunto com o ICMBio e todos os gestores das Unidades de Conservação designadas como Sítios Ramsar. A atividade foi inicialmente planejada conjuntamente com o Instituto Chico Mendes de Conservação e dependia de outras parcerias para viabilizar a realização da capacitação. A Oficina de capacitação de gestores dos Sítios Ramsar foi repensada, e concluíram que necessitariam de ser firmadas parcerias com instituições com expertise em capacitação no tema conservação de áreas úmidas. O tema foi discutido junto com o ICMBio e com o Hidroex. Reuniões foram organizadas com o ICMBio e o Hidroex para tratar desse tema. Entretanto, não foi possível realizar oficinas devido as dificuldades institucionais como, carência de pessoal e priorização de outras agendas. Devido a mudanças de gestão da SBio a proposta de capacitação foi reavaliada e cancelada em decorrência de mudança de prioridade
Produto 3.5 – Campanhas de disseminação da importância das zonas úmidas e dos Sítios Ramsar brasileiros, elaboradas.	Implementado	Foi realizada campanha educativa de disseminação da importância de conservação das Zonas Úmidas no Brasil como: revistas de divulgação da Convenção de Ramsar, com os temas: zonas úmidas cuidam das águas; e zonas úmidas e agricultura, parceiros no desenvolvimento, Conduta Consciente em Praias; Conduta Consciente em Ambientes Recifais - Manual para Multiplicadores da Campanha; e Conduta Consciente em Ambientes Marinhos, entre outros.
<p>ANÁLISE DE PROGRESSO PARA O ALCANCE DO RESULTADO</p> <p>RESULTADO 4 - Conceber mecanismos e instrumentos para o cumprimento de compromissos de ordem ambiental assumidos no âmbito do Sistema do Tratado da Antártica.</p>		
PRODUTOS do Resultado 4	STATUS ATUAL DE ALCANCE DOS PRODUTOS VIS-A-VIS METAS ESTABELECIDAS	ANÁLISE DE PROGRESSO DOS PRODUTOS:

<p>Produto 4.1 – Estudos para o cumprimento de responsabilidade relacionada ao Protocolo de Madri, à Convenção para Conservação dos Recursos Marinhos Vivos Antárticos (CCAMLR) e outros foros do Sistema do Tratado da Antártica e associados, realizados</p>	<p>Implementado parcialmente</p>	<p>Foram realizadas oficinas de consulta e trabalhos para subsidiar a participação e atuação brasileira em foros nacionais e internacionais. Mesmo cientes da relevância da internalização do Protocolo de Madri no arcabouço legal nacional, devido ao quantitativo reduzido de pessoal envolvido diretamente com esta agenda e em decorrência do acidente que destruiu a Estação Antártica Brasileira, outras atividades emergências se fizeram prioritárias. Desta forma, essas atividades ficaram um pouco prejudicadas.</p>
<p>Produto 4.2 – Sistema de Gestão Ambiental da Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF) implantado, acompanhado, avaliado e certificado.</p>	<p>Implementado parcialmente</p>	<p>O Sistema de Gestão Ambiental deveria ser implementado para operar na antiga Estação Antártica Brasileira, assim, uma vez que esta foi destruída durante o acidente, tais atividades não teriam como ser realizadas. Celebrou-se um convênio com a Universidade de São Paulo com o intuito de monitorar o impacto ambiental da presença brasileira na baía do almirantado, o que permitiu o estabelecimento de medidas relacionadas à gestão ambiental daquele local.</p>
<p>Produto 4.3 – Fortalecimento da atuação do segmento ambiental do Proantar nos foros internacionais relacionados à Antártica, dos compromissos assumidos e das posições tomadas, viabilizados.</p>	<p>Implementado parcialmente</p>	<p>Foi elaborado um estudo relativo à participação do Brasil em foros nacionais e internacionais e seus temas correlatos</p>
<p>Produto 4.4– Estudos e subsídios para orientar e fortalecer ações para a implementação e</p>	<p>Implementado</p>	<p>Foram elaborados estudos e subsídios para orientar as ações para a implementação e operacionalização dos objetivos e funções da Área Antártica Especialmente Gerenciada da Baía do Almirantado.</p>

operacionalização dos objetivos e funções da Área Antártica Especialmente Gerenciada da Baía do Almirantado, realizados e viabilizados		
Produto 4.5 - Estudos e subsídios relacionados à reconstrução da Estação Antártica brasileira.	Implementado	Foram obtidos relatórios de monitoramento da contaminação do solo para gerar subsídios para o plano de remediação na região da Estação Antártica Comandante Ferraz.
ANÁLISE DE PROGRESSO PARA O ALCANCE DO RESULTADO		
RESULTADO 5 - Conceber mecanismos e instrumentos para a promoção de sinergias entre a Convenção sobre Diversidade Biológica, Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca – UNCCD e da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, visando o combate à desertificação e à mitigação e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas no bioma Caatinga, incluindo áreas de transição com o Cerrado.		
PRODUTOS do Resultado 5	STATUS ATUAL DE ALCANCE DOS PRODUTOS VIS-A-VIS METAS ESTABELECIDAS	ANÁLISE DE PROGRESSO DOS PRODUTOS:
Produto 5.1 – Instrumentos de prevenção e ordenamento, propostos	Implementado	Com relação aos instrumentos de prevenção e ordenamento para a gestão da biodiversidade (produto 5.1) focamos na elaboração do capítulo biodiversidade do PNA, por meio da contratação de 4 consultores que nos auxiliaram na elaboração do plano e na produção de informações estratégicas para sua implementação. O impacto deste processo é grande pois pela primeira vez foram identificadas as áreas críticas para a conservação da biodiversidade no contexto das mudanças climáticas, bem como identificadas as ações necessárias para a adaptação da biodiversidade a este fenômeno, assim como a contribuição que a conservação da biodiversidade pode fornecer para a adaptação dos outros setores envolvidos no PNA. Para tanto foram identificadas as principais políticas relacionadas ao tema, incluindo as relacionadas com as três convenções das nações unidas tratadas pelo resultado (Combate à desertificação, diversidade biológica e mudanças climáticas) e os ajuste necessários para que estas auxiliem na redução da vulnerabilidade e na adaptação às mudanças do clima. O impacto é ainda mais significativo se consideramos a importância global do tema mudanças do clima, o fato de ter sido o primeiro plano federal sobre adaptação a este fenômeno, servindo de referência para as ações futuras por ter envolvido envolveu diversos setores do governo federal (energia, recursos hídricos, infraestrutura, comunidades tradicionais). Estes deverão se apropriar das informações deste capítulo específico do plano, assim como as informações

		<p>estratégias produzidas para a implementação do PNA, relativas aos cenários futuros de exposição, sensibilidade, impactos e respostas da biodiversidade brasileira à mudança do clima. Abaixo o endereço eletrônico do capítulo biodiversidade e ecossistemas do PNA e dos estudos estratégicos para sua implementação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Capítulo Biodiversidade e Ecossistemas do PNA - http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80182/PNA_Estrategia_de_Biodiversidade_e_Ecossistemas.pdf • Estudos Estratégicos - http://www.mma.gov.br/clima/adaptacao/projetos.html#produtos
<p>Produto 5.2 – Instrumentos de gestão para a conservação e uso sustentável visando à conservação de espécies da caatinga, propostos</p>	Implementado	<p>No que tange ao Produto 5.2 - Instrumentos de gestão para a conservação e uso sustentável visando à conservação de espécies da caatinga, decidiu-se focar na elaboração da “Proposta para a Implementação do Manejo Pastoral Sustentável da Caatinga” (http://www.mma.gov.br/publicacoes/biomas/category/61-caatinga.html). Está é uma questão que tem sido pouco contemplada pelas políticas públicas, embora o sobrepastoreio seja a segunda causa do processo de desertificação do semiárido brasileiro, afetando drasticamente a conservação das espécies da caatinga. Outras questões relacionada com a conservação e manejo sustentável das espécies da caatinga já estão contempladas por outros instrumentos de gestão, como as listas e os planos de ação para a conservação de espécies ameaçadas do ICMBio e do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, a Instrução Normativa N° 01, de 25 de junho de 2009, para o Manejo Florestal Sustentável da Caatinga e os projetos Serviço Florestal Brasileiro e outros órgãos federais e estaduais relacionados com o manejo de uso múltiplo sustentável do bioma.</p> <p>Esta proposta, elaborada pelo consultor João Ambrósio de Araújo Filho, referência no tema, identifica e descreve as principais experiências e tecnologias de manejo sustentável da caatinga para pecuária, destacando o potencial do bioma para esta atividade, já que cerca de 80% das espécies de plantas da caatinga são forrageiras. Funciona como um guia para a execução destas tecnologias, ressaltando suas vantagens e desvantagens, assim como o custo para sua implantação e os lucros previstos. Também identifica os gargalos e soluções para a implementação de uma política pública para a difusão desta alternativa fundamental para a conservação do bioma e para a economia da região. Estes estão relacionados como problemas com o licenciamento, extensão e crédito para este tipo de manejo. Trata-se de uma proposta com impacto potencial muito grande, que vem sendo divulgada pelo MMA entre os parceiros governamentais e não governamentais.</p>
<p>Produto 5.3 – Capacitação e intercâmbio, em nível nacional e internacional, de gestores e agentes da sociedade civil, realizados</p>	Implementado parcialmente.	<p>O desenvolvimento do resultado dependia de atividades anteriores, como reuniões com outras instituições interessadas ou com experiência no tema e da realização de processo de contratação de consultoria pessoa jurídica. A priorização de outros resultados e atividades do projeto comprometeu estas atividades preliminares. Foi priorizado o processo de atualização das áreas prioritárias da caatinga (atividade 1.4.1) e a consultoria para propor políticas e ações para a pecuária sustentável da caatinga. Outro problema é a falta de recursos para este trabalho, já que os recursos disponíveis foram direcionados para as atividades citadas acima. Buscamos parceiras no IBAMA e outras instituições para viabilizar o trabalho, prejudicado</p>

		<p>pela falta de recursos financeiros. Entretanto, o produto não foi executado em virtude das novas diretrizes advindas da mudança de gestão no Ministério.</p> <p>Algumas atividades foram realizadas. Foi realizado um evento comemorativo relacionado com as experiências bem-sucedidas para a conservação e uso sustentável da caatinga e com as estratégias para a sua divulgação. Para tanto foram recolhidas e sistematizadas, com os participantes do evento, experiências e forma de divulgá-las, o que serviriam de base para as atividades de capacitação prevista neste resultado. Além disso foi realizada uma reunião com parceiros governamentais e não governamentais, responsáveis por capacitação em uso sustentável da caatinga. Com base no evento e nesta reunião foram definidos parâmetros para a elaboração, em parceria com o Departamento de Educação Ambiental do MMA, do termo de referência pessoa física para “Gerar um banco de dados de experiências sobre o uso múltiplo sustentável da caatinga e elaborar, de forma participativa, conteúdo do curso, do plano de curso e material didático para formações presenciais e a distância, de extensionistas e multiplicadores de organizações governamentais e não-governamentais nos estados do Ceará e de Pernambuco”. A partir deste material se pretendia utilizar a rede de parceiros para implementar estes cursos e replicá-los nos outros estados da caatinga. O Termo de Referência foi lançado, em 2016, e recebeu inúmeros currículos, alguns de pessoas muito qualificadas para a realização do trabalho. Ocorre que, justamente na fase de seleção para a contratação deste consultor, o analista ambiental do Departamento de Conservação de Ecossistemas - DECO, responsável por acompanhar a execução do trabalho, mudou de setor no MMA, não tendo sido substituído por outro servidor nesta tarefa. Foram realizadas negociações, sem sucesso, com o DECO, o Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável e Combate à Desertificação (para o qual foi transferido o servidor em questão) e com o Departamento de Educação Ambiental, para que algum destes departamentos assumisse a responsabilidade pelo trabalho e disponibilizasse pessoal para efetivar e acompanhar a contratação. Em suma, o produto não pode ser finalizado por conta da falta de recursos, e mudanças de prioridades institucionais e de pessoal ocorridas durante a execução desta tarefa.</p>
<p>ANÁLISE DE PROGRESSO PARA O ALCANCE DO RESULTADO</p>		
<p>RESULTADO 6 - Realizar a avaliação de meio termo e a avaliação final da execução do projeto BRA/11/001 observando a relevância, eficiência, eficácia e sustentabilidade dos resultados e produtos verificando o cumprimento dos objetivos e do alcance dos mesmos.</p>		
<p>Produto 6.1 – Avaliação de meio termo da execução do projeto BRA/11/001, realizada, observando a relevância, eficiência, eficácia e sustentabilidade dos</p>	<p>Não implementado</p>	<p>Não houve avaliação de Meio-termo</p>

resultados e produtos, realizada;		
Produto 6.2 – Avaliação final da execução do projeto BRA/11/001, realizada, observando a relevância, eficiência, eficácia e sustentabilidade dos resultados e produtos, realizada.	Não implementado	Não houve avaliação Final do projeto. Em virtude dos recursos financeiros escassos foi solicitado aos parceiros da implementação do projeto (ABC/MRE e ao PNUD) que os recursos financeiros fossem disponibilizados para a finalização de outras atividades.

3. RESULTADOS DO PROJETO - AVALIAÇÃO GERAL

3.1- Que desafios previstos ou imprevistos, positivos e negativos, afetaram o desenvolvimento do Projeto (incluindo questões relativas à atuação da ABC e do PNUD)?

Ocorreram os imprevistos habituais em projetos coordenados pelo governo federal, como mudanças das estruturas e atribuições da secretaria responsável e departamentos e consequentes mudanças de prioridades, mudanças de lotação ou saídas de servidores efetivos e temporários, sendo que estes últimos eram muitos na SBF, na fase inicial do projeto. Muitas destas mudanças ocorreram em períodos de troca de governos. Períodos sem recursos para contemplar o orçamento para resultados ou produtos específicos do projeto também ocorreram (contingenciamento frequentes), assim como a disputa entre os setores envolvidos para direcionar recursos para os resultados para os quais eram responsáveis. Na verdade, estas mudanças só são imprevistas pelo fato de não sabermos ao certo quando ocorrerão, mas têm sido recorrentes em projetos desta natureza.

Como ponto positivo podemos citar as várias articulações que foram feitas ao longo do Projeto, com ONGs e instituições federais e estaduais, além de apontar que o Projeto teve o apoio de outras parcerias como a Agência Nacional de Águas para questões específicas como o auxílio na realização de reuniões do CNZU e na elaboração da Estratégia de Ramsar, a divulgação do Dia Mundial das Áreas Úmidas, como a do INAU e dos gestores de Sítios Ramsar, principalmente os Sítios Parque Nacional Marinho de Abrolhos, SESC Pantanal e Parque Nacional do Viruá.

3.2 - Que medidas já foram tomadas ou seriam recomendadas pela Instituição Nacional Executora para melhorar a implementação do projeto?

Uma melhor articulação entre os responsáveis pela execução dos resultados e uma melhor governança para o planejamento e execução dos recursos. A concepção de projetos mais enxutos também seria importante para aproximar o planejado do executado, até para que se possa definir melhor o orçamento, o que é mais difícil com resultados e produtos genéricos, que levaram a um superdimensionamento, e dificuldades na aferição de metas que contribuam para a implementação dos resultados e objetivos do projeto.

3.3- Indique as melhores práticas identificadas e lições aprendidas durante o período da execução:

As melhores práticas dizem respeito ao estabelecimento de parcerias com os outros setores do MMA e com outros níveis governamentais e não governamentais. Em relação as lições aprendidas estão direcionadas à necessidade de formulação de projetos menores e mais concisos. Resultando assim no cumprimento real dos objetivos do projeto.

3.4 – Considerando os beneficiários diretos e indiretos do Projeto, favor indicar: a) se o projeto tem se mostrado adequado às necessidades dos beneficiários; e b) sobre quem impactaram os Resultados/Produtos gerados até o momento?

O projeto beneficiou diretamente a Secretaria de Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente (MMA), ao proporcionar-lhe as condições técnicas necessárias a que desempenhe, de forma adequada, suas funções de: a) promover conhecimento da biodiversidade, a conservação e a utilização sustentável de seus

componentes, com especial atenção aos recursos genéticos e pesqueiros, e a repartição dos benefícios derivados de seu uso; b) promover a consolidação e gestão de áreas protegidas por meio da implementação do Plano de Trabalho sobre Áreas Protegidas da CDB e c) Promover sinergias entre a convenção sobre a Diversidade Biológica, Convenção da Nações Unidas de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca - UNCCD e da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (as três principais convenções do meio ambiente), por meio de instrumentos estratégicos de organização do conhecimento, estabelecimento de diretrizes e recomendação de ações.

De igual forma, beneficiou indiretamente outros setores do governo federal, como aqueles envolvidos no PNA (agricultura, energia, transporte, recursos hídricos, comunidades tradicionais e povos indígenas), o setor privado ao proporcionar incentivo ao aproveitamento comercial, em larga escala, de espécies da flora nativa de valor econômico. As organizações não governamentais, instituições de ensino e pesquisa, pesquisadores, cientistas e a sociedade de um modo geral.

4. CONTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DO PROJETO PARA O PROGRAMA DO PNUD PARA O BRASIL

4.1- Relação dos resultados do projeto com a Programação PNUD para o País:

A missão do PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - é buscar o desenvolvimento humano inclusivo e sustentável, reduzindo as desigualdades e a exclusão social. Em 2017, o PNUD deu início a uma nova estratégia de parceria que deve ser implementada até 2021, o atual Country Program Document (CPD). O documento se baseia principalmente nos objetivos da agenda 2030 que começou a ser discutida durante a Rio +20 e teve o Brasil como um dos seus principais direcionadores. O CPD possui 5 eixos prioritários: Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias. Os chamados 5 P.

Os resultados do projeto BRA/11/001 têm por objetivo cooperar, por meio de suporte técnico ao Ministério do Meio Ambiente, para a implementação dos dispositivos da Convenção sobre a Diversidade Biológica - CDB, da Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional (Convenção de Ramsar) e do Programa Antártico Brasileiro – PROANTAR, bem como promover sinergia entre a CDB, a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca - UNCCD - e a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima. Os resultados do projeto estão intimamente ligados a missão do PNUD e aos eixos CPD.

4.2 – Quanto aos seguintes indicadores de desenvolvimento, o que se pode observar como ganhos construídos no âmbito do projeto?

a) Desenvolvimento de capacidades (individuais, institucionais, societais):

O projeto promoveu o desenvolvimento de capacidades institucionais com seminários e reuniões técnicas promovidos em parceria com Ibama e o ICMBio que permitiram a capacitação de seus servidores e o desenvolvimento de melhor capacidade institucional. As capacidades individuais foram impactadas positivamente. O projeto contribuiu também para ampliar a base de conhecimento dos parceiros locais.

b) Promoção de ambiente que conduz ao diálogo político para garantir desenvolvimento:

As atividades desenvolvidas pelo projeto são amplas e envolvem agentes de governo de outros ministérios, de autarquias, de setores do MMA, da sociedade civil organizada, academia e setor privado, sendo um espaço propício para a negociação e construção de alianças, contribuindo para um desenvolvimento sustentável.

c) Promoção da igualdade de gênero em ações já realizadas ou potencial do projeto na área:

Não se aplica a este projeto

d) Promoção da igualdade de raça em ações já realizadas ou potencial do projeto na área:

Não se aplica a este projeto

e) Potencialidades de cooperação sul-sul (boas práticas e capacidades desenvolvidas no âmbito do projeto que possam ser replicadas nacional e internacionalmente):

Embora haja algumas iniciativas incipientes, a cooperação sul-sul não tem sido uma atividade priorizada pelo projeto. O principal foco do Projeto foi o fortalecimento institucional da SBio, o que pode ser usado por outros países como um bom exemplo, porém a SBio não tem focado seus esforços em estabelecer essas parcerias sul-sul.

f) Construção de parcerias para obtenção de resultados:

Foram estabelecidas parcerias com uma ampla gama de instituições governamentais e não governamentais, notadamente as ONG's. Essas parcerias são em parte responsáveis pelo sucesso na execução do Projeto.

5. SEGUIMENTO DE RECOMENDAÇÕES ANTERIORES SOBRE O PROJETO

5.1 – Citar recomendações da última auditoria do projeto e o seguimento dado por parte da Agência Executora;

Anexo 01 – Plano de seguimento 2015

5.2- Citar recomendações da última reunião tripartite e o seguimento dado pelos respectivos responsáveis.

Houve uma reunião tripartite em 2016 e as recomendações foram:

- O projeto apresentará revisão substantiva, reduzindo o valor total do orçamento, bem como estender a vigência para 31/12/2017;
- Os resultados serão revisados de forma a ficarem mais focados e diretos;
- Projeto enviará, oficialmente, a proposta da revisão substantiva para a ABC o mais rápido possível; também apresentará a minuta para o PNUD, por e-mail;
- Projeto enviará para a ABC imediatamente a atualização de atendimento às recomendações de auditoria;

- Projeto apresentará análise qualitativa dos resultados do projeto em complemento ao relatório de progresso emitido a partir do SIGAP.

5.3 – Citar recomendações de avaliações formais (de meio-termo ou finais) e o seguimento dado pelos respectivos responsáveis:

Não houve avaliação de meio-termo ou final.

6. INSUMOS MOBILIZADOS E PRODUTOS DO PROJETO NO PERÍODO:

6.1 - Consultores contratados:

Contrato de consultores em BRA/11/001 em 2011.

Subprojeto	Nome do Consultor	Objeto da Contratação	Valor do contrato
BRA/11/001/1.10	Luís Henrique de Lima	Realizar estudos para implantação de Áreas Marinhas Protegidas como instrumento de conservação da biodiversidade aquática.	R\$ 95.000,00

Contrato de consultores em BRA/11/001 em 2012.

Subprojeto	Nome do Consultor	Objeto da Contratação	Valor do contrato
BRA/11/001/1.14	Sonja Mayra Righetti	Contratação de consultor para auxiliar no desenvolvimento e gestão de sistema digital, além de elaboração de material didático e capacitação de servidores do MMA e usuários de componentes do patrimônio genético.	R\$ 88.000,00
BRA/11/001/2.11	Vivian Beck Pombo	Os trabalhos do consultor preveem a condução de atividades relacionadas à organização das informações relacionadas aos resultados do I Informe Nacional sobre Espécies Exóticas Invasoras.	R\$ 92.000,00
BRA/11/001/2.1 e 2.4	Alberto Jorge da Rocha Silva	Condução de atividades técnicas voltadas à definição e à aplicação de estratégias direcionadas à conservação e à promoção do uso sustentável dos recursos genéticos nativos presentes nos diferentes biomas brasileiros, incluindo as variedades crioulas e os parentes silvestres das principais espécies de plantas cultivadas no país, particularmente por meio da criação de Reservas Genéticas.	R\$ 93.000,00
BRA/11/001/1.14	Larissa Schmidt	Avaliar o estado da arte da repartição de benefícios no País, incluindo a análise de seus instrumentos, procedimentos e normativos aplicáveis, bem como realizar análise comparativa dos resultados obtidos com casos concretos e modelos que atualmente são adotados em outros países signatários da CDB, com intuito de implementar a legislação.	R\$ 85.000,00
BRA/11/001/2.1 e 2.3	Laércio Leonel Leite	Contratação de Consultor Técnico Especializado para revisão técnica e organização de relatórios sobre as Espécies de Valor Econômico Atual e Potencial, de	R\$ 77.000,00

		Uso Local e Regional Plantas para o Futuro, resultantes de projeto desenvolvido na Região Centro-Oeste, com vistas à publicação de um livro com as informações relativas às espécies priorizadas para essa região.	
--	--	--	--

Contrato de consultores em BRA/11/001 em 2013.

Subprojeto	Nome do Consultor	Objeto da Contratação	Valor do contrato
BRA/11/001/3.2	Mauro Luis Ruffino	Realizar estudos voltados a levantar as informações disponíveis e fornecer o embasamento técnico necessário para ampliar a rede de Sítios Ramsar Brasileiros por meio da indicação e do desígnio das Unidades de Conservação Federais listadas no Anexo B da Recomendação nº 05, de 25 de junho de 2012, do Comitê Nacional de Zonas Úmidas - CNZU.	R\$ 84.000,00
BRA/11/001/1.10	Athila Bertoncini Andrade	Consolidação de dados secundários, validação e inserção de informações de especialistas em oficina presencial para subsidiar as diversas iniciativas de Áreas Marinhas Protegidas e Áreas Prioritárias para a conservação de peixes dos grupos Serranidae, Scaridae, Polyprionidae e Lutjanidae no Brasil.	R\$ 50.000,00
BRA/11/001/1.10	Mateus Costa Soares	Consolidação de dados secundários, validação e inserção de informações de especialistas em oficina presencial para subsidiar as diversas iniciativas de Áreas Marinhas Protegidas e Áreas Prioritárias para a conservação de elasmobrânquios marinhos no Brasil.	R\$ 70.000,00
BRA/11/001/5.2	João Ambrósio Araújo Filho	Elaborar uma proposta para a difusão de boas práticas de manejo sustentável de caatinga para a pecuária, por meio: 1) do levantamento e sistematização de técnicas de manejo e experiências bem sucedidas; 2) da análise dos fatores ambientais e socioeconômicos que impediram a adoção das técnicas e a difusão das experiências bem sucedidas, em larga escala e; 3) da identificação das oportunidades e medidas necessárias para a adoção em larga escala do manejo sustentável.	R\$ 56.500,00

Contrato de consultores em BRA/11/001 em 2014.

Subprojeto	Nome do Consultor	Objeto da Contratação	Valor do contrato
BRA/11/001/3	Rodrigo Rodrigues de Freitas	A elaboração do Relatório Nacional sobre a implementação da Convenção de Ramsar (Convenção sobre Zonas Úmidas) no Brasil tem como objetivo principal prover informações institucionais e de progresso sobre a implementação da Convenção de Ramsar no Brasil, à luz do Plano Estratégico de Ramsar 2009-2015; além de prover informações sobre como a Convenção de Ramsar está contribuindo para a implementação das "Metas de Aichi para a Diversidade Biológica".	R\$ 30.000,00
BRA/11/001/3.3	Marília Cunha-Lignon	Realizar estudos voltados a levantar e organizar as informações disponíveis de modo a fornecer o embasamento técnico necessário para ampliar a rede de Sítios Ramsar Brasileiros por meio da indicação de Unidades de Conservação perante a Convenção de Ramsar.	R\$ 30.000,00
BRA/11/001/2.7	Andreina D Ayala Valva	Contratação de serviços de consultoria de pessoa física para prestar apoio técnico ao Departamento de Conservação da Biodiversidade, do Ministério do Meio Ambiente, no processo de elaboração do 5º Relatório Nacional para a Convenção sobre Diversidade Biológica e da Estratégia Nacional de Biodiversidade e Planos de Ação (NBSAP).	R\$ 95.000,00
BRA/11/001/5.1	Ronaldo Weigand Junior	Integrar e analisar informações do cenário de mudanças (2040, 2070, 2100) e seus impactos sobre a biodiversidade, ao conhecimento sobre: A vulnerabilidade da biodiversidade no país; Políticas públicas sobre o tema e seu potencial para aumentar ou reduzir a vulnerabilidade às mudanças climáticas; Serviços ecossistêmicos e metodologias de valoração e financiamento da conservação da biodiversidade e Medidas adaptação baseada em ecossistemas.	R\$ 107.360,00
BRA/11/001/2.1 e 2.2	Julcécia Camillo	Consultor Técnico Especializado para revisão e organização dos levantamentos das Espécies de Valor Econômico Atual e Potencial, de Uso Local e Regional "Plantas para o Futuro", resultantes de projeto conduzido nas cinco grandes regiões brasileiras, com vistas à divulgação das informações relacionadas às espécies priorizadas em cada uma dessas regiões, a	R\$ 105.000,00

		exemplo do trabalho realizado para a Região Sul do Brasil.	
BRA/11/001/ 1.6	Dailey Fischer	Contratação de serviços de consultoria para elaborar estudo sobre a legislação dos Estados sobre Unidades de Conservação, estruturação dos sistemas estaduais de unidades de conservação e suas interfaces com a Lei 9.985/2000-SNUC.	R\$ 50.000,00

Contrato de consultores em BRA/11/001 em 2015.

Subprojeto	Nome do Consultor	Objeto da Contratação	Valor do contrato
BRA/11/001/ 1.6	Vitória Evangelista Monteiro	As atividades previstas neste termo de referência inserem-se no objetivo 1.6.1 do Projeto que trata da realização de estudos para subsidiar a ampliação e a consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e assegurar a representatividade ecológica de cada bioma.	R\$ 91.800,00
BRA/11/001/ 1.6	Rogério Rodrigues da Silva	O presente termo de referência (TR) objetiva a contratação de especialista em trabalhos de cartografia, sistema de informação geográfica (SIG) e geoprocessamento, bem como em outros elementos de computação correlatos, para subsidiar os processos de criação de novas unidades de conservação federais e o georreferenciamento de Reservas Particulares do Patrimônio Natural que não possuem georreferenciamento da sua área.	R\$ 92.000,00
BRA/11/001/ 5.1	Priscila Lemes de Azevedo Silva	O objetivo da contratação é produzir subsídios à elaboração do componente sobre Biodiversidade e Adaptação à Mudança do Clima no Plano Nacional de Adaptação, analisando a provável resposta da biodiversidade aos impactos da mudança do clima e da fragmentação da vegetação nativa. Especificamente: Analisar a provável resposta da biodiversidade aos impactos da mudança do clima. Analisar as potenciais respostas da biodiversidade à fragmentação da vegetação nativa.	R\$ 30.000,00
BRA/11/001/ 1.10	Daniel Danilewicz Schiavon	A elaboração do Plano de Manejo com diretrizes de monitoramento do Santuário de Baleias do Atlântico Sul e a sua adequação a proposta de criação do Santuário já finalizada a ser entregue pelo Brasil a Comissão Internacional Baleeira. Deverá incorporar as sugestões do Comitê Científico da CIB à proposta de criação do	R\$ 151.200,00

		Santuário e ao Plano de Manejo para a sua apresentação na Plenária da CIB. Será necessária a participação em eventos e a articulação com os países proponentes e interessados.	
BRA/11/001/ 1.10	Pedro Fruet	O objetivo da contratação é produzir subsídios à revisão do documento de proposta da criação do Santuário de Baleias de Atlântico Sul para apresentação na Comissão Internacional Baleeira.	R\$ 20.094,00
BRA/11/001/ 5.1	Renata Dias Françoso Brandão	O objetivo da contratação é produzir subsídios à elaboração do componente sobre Biodiversidade e Adaptação à Mudança do Clima no Plano Nacional de Adaptação, identificando os parâmetros de exposição e sensibilidade da biodiversidade à mudança do clima em 2050, em recorte de regiões biogeográficas (biomas) e ou outros domínios fitofisionômicos adequados.	R\$ 60.000,00

Contrato de consultores em BRA/11/001 em 2016.

Subprojeto	Nome do Consultor	Objeto da Contratação	Valor do contrato
BRA/11/001/ 2.11	Simone Siag Oigman Pszczol	O objetivo da contratação é a elaboração do Plano de Controle e Monitoramento das espécies de Coral-sol (<i>Tubastraea coccinea</i> e <i>Tubastraea tagusensis</i>) no Brasil - Plano Coral-sol. Trata-se de um instrumento de gestão, construído de forma participativa e articulada, com um objetivo definido em escala temporal.	R\$ 21.455,00
BRA/11/001/ 2.11	Carlos Henrique Salvador de Oliveira	O objetivo da contratação é a elaboração do Plano Nacional de Prevenção, Controle e Monitoramento do Javali (<i>Sus scrofa</i>) em estado asselvajado no Brasil, abrangendo todas suas formas, linhagens, raças e diferentes graus de cruzamento com o porco doméstico. O Plano é um instrumento de gestão, construído de forma participativa e articulada, com um objetivo definido em escala temporal.	R\$ 27.585,00
BRA/11/001/ 1.11	Mauro Luis Ruffino	O objetivo da contratação é a elaboração de documento técnico base visando orientar o processo de revisão das normas de defesa continentais da atividade pesqueira. Espera-se que o documento estabeleça as bases técnico-científicas sobre o tema e recomende medidas concernentes ao estabelecimento e à revisão dos defesos da atividade pesqueira, além de outras medidas	R\$ 24.520,00

		correlatas ao uso sustentável dos recursos pesqueiros.	
BRA/11/001/ 1.11	Maria Cristina Cergole	O objetivo da contratação é a elaboração de documento técnico base para orientar o processo de revisão das normas de defeso marinhos da atividade pesqueira. Espera-se que o documento estabeleça bases técnico-científicas sobre o tema e recomende medidas para o estabelecimento de defesos da atividade pesqueira, além de outras medidas correlatas ao uso sustentável dos recursos pesqueiros marinhos.	R\$ 24.520,00
BRA/11/001/ 3.2	Rodrigo Rodrigues de Freitas	Elaborar a "Estratégia de Implementação da Convenção de Ramsar e dos Sítios Ramsar no Brasil", que contribua para o cumprimento dos compromissos assumidos pelo Brasil perante a Convenção de Ramsar.	R\$ 23.400,00
BRA/11/001/ 3.2	Fábio Bueno de Lima	Elaborar mapas com informações georreferenciadas sobre as áreas úmidas brasileiras e realizar análises espaciais que contribuam com a elaboração do "Panorama das Áreas Úmidas Brasileiras (Inventário Nacional das Áreas Úmidas Brasileiras)".	R\$ 19.800,00

Contrato de consultores em BRA/11/001 em 2017.

Subprojeto	Nome do Consultor	Objeto da Contratação	Valor do contrato
BRA/11/001/ 3	Heloisa de Camargo Tozato	A elaboração do Relatório Nacional sobre a implementação da Convenção de Ramsar (Convenção sobre Zonas Úmidas) no Brasil tem como objetivo principal prover informações institucionais e de progresso sobre a implementação da Convenção de Ramsar no Brasil, à luz do Plano Estratégico de Ramsar 2016-2024".	R\$ 29.933,75
BRA/11/001/ 2.11	Daniel Pereira	O objetivo da contratação é subsidiar a elaboração de estratégias e ações para a prevenção, controle e monitoramento do mexilhão-dourado (<i>Limnoperna fortunei</i>).	R\$ 30.650,00
BRA/11/001/ 3.2	Ana Lidia Bertoldi Gaspar	Elaboração do Relatório Nacional, em português e em inglês, segundo o modelo disponível no anexo I, sobre a conservação e uso racional/sustentável dos recifes de coral no Brasil, cujo objetivo é prover informações institucionais e de progresso sobre ações relacionadas ao tema, que contribuam no levantamento de dados sobre a implementação da "Meta Nacional de Biodiversidade 10 - redução de impactos	R\$ 20.685,60

		antropogênicos sobre os recifes de coral até 2020".	
BRA/11/001/ 3.2	Leonardo Lisboa	Consultoria de Pessoa Física para auxiliar o Ministério do Meio Ambiente a levantar e organizar as informações disponíveis de modo a fornecer o embasamento técnico necessário para ampliar a rede de Sítios Ramsar Brasileiros	R\$ 25.231,04
BRA/11/001/ 2.7	Julcélia Camillo	Contratação de serviços de consultoria pessoa física para levantamento, compilação e sistematização de informações relacionadas a Biodiversidade para Alimentação e Agricultura para o preenchimento do Relatório Nacional sobre o estado da Biodiversidade para a Alimentação e a Agricultura.	R\$ 35.700,00
BRA/11/001/ 2.11	Sílvia Renate Ziller	O objetivo da contratação é apoiar a elaboração do "Plano de implementação da Estratégia Nacional sobre Espécies Exóticas Invasoras".	R\$ 33.200,00
BRA/11/001/ 1.14	Ana Yamaguishi	O novo marco legal brasileiro sobre acesso e repartição de benefícios foi instituído pela Lei nº 13.123/2015 e pelo Decreto nº 8.772/2016. E o propósito da contratação é de analisar as autorizações emitidas pelo CGen e os relatórios enviados pelos usuários para a determinação dos procedimentos de adequação ou de regularização.	R\$ 52.455,15
BRA/11/001/ 2.11	Maria Claudia Sola	O objetivo da contratação é realizar uma avaliação dos documentos produzidos pelo grupo de trabalho coral-sol conjuntamente com o diagnóstico sobre o coral-sol e compor um documento único, além de elaborar documentos necessários ao desenvolvimento das etapas de preparação do Plano Nacional de Prevenção, Controle e Monitoramento das espécies de Coral-sol (Tubastraea spp.) no Brasil - Plano Coral-sol.	R\$ 21.455,00
BRA/11/001/ 3.2	Adriana Affonso	Realizar estudos voltados a levantar e organizar as informações disponíveis de modo a fornecer o embasamento técnico necessário para ampliar a rede de Sítios Ramsar na Amazônia Brasileira.	R\$ 25.231,04
BRA/11/001/ 1.6	Ana Clara Dourado	A proposta desta consultoria é refinar os dados produzidos pelo TerraClass de forma a resultar em um mapa cuja macroclasse natural esteja classificada em formação florestal, savânica e campestre, sem descontinuidades entre polígonos e entre áreas de bordas de imagens adjacentes, a fim de que seus dados possam ser utilizados como mapa-base para subsidiar estudos	R\$ 50.852,10

		futuros que utilizem a cobertura vegetal remanescente do bioma Cerrado	
BRA/11/001/3.2	Alexandre Mazzer	Proposição de uma metodologia para delimitar a zona costeira brasileira em sua parte continental.	R\$ 51.000,00

6.2- Equipamentos/bens adquiridos pelo projeto no período coberto pelo relatório – anexar a este relatório lista de inventário atualizada:

Não houve compra de equipamentos.

6.3 - Subcontratos firmados:

Subprojeto	Nome do Consultor	Objeto da Contratação	Valor do contrato
BRA/11/001/1.4	Grren Tec	Termo de referência para abertura de processo. A contratação de uma instituição que promoverá a atualização das áreas prioritárias para conservação, uso sustentável a repartição de benefícios da Biodiversidade da Caatinga.	R\$ 444.382,00
BRA/11/001/1.16.3	HC2 Holambra Capturing Carbon	O objetivo deste termo de referência é a contratação de pessoa jurídica para realizar o cadastro de cinquenta propriedades rurais que integrarão o Corredor das Onças na Sub-Bacia do Ribeirão Pirapitingui, nos municípios de Artur Nogueira e Santo Antônio de Poswse, Estado de São Paulo. contrato nº 10-33528/2015	R\$ 168.501,28
BRA/11/001/1.1.1	Fundação Coppetec	Contratação de pessoa jurídica para realizar adequações (modificações no código-fonte) do Sistema Lista de Espécies da Flora do Brasil, visando atender os requisitos necessários à elaboração do Catálogo Taxonômico da Fauna Brasileira.	R\$ 342.000,00
BRA/11/001/1.6	Lençóis Maranhenses	Esse Termo de Referência orienta a contratação de mão de obra especializada para a elaboração, preparação, diagramação e tradução do Dossiê de Candidatura dos Lençóis Maranhenses a Sítio do Patrimônio Mundial Natural. A contratação abrange a realização de todas as etapas e atividades previstas em conformidade com as orientações técnicas disponibilizadas nos diversos documentos oficiais e manuais recomendados pela Unesco e discriminadas nesse documento	R\$ 223.700,00

BRA/11/001/ 1.6	Contratação Direta UICN	O objetivo deste termo de referência é a contratação de pessoa jurídica para apoio técnico e articulação institucional para a formulação do Programa Conectividade de Paisagens, além do suporte ao aprimoramento de instrumentos correlatos de proteção ambiental que contribuem para o Programa.	R\$ 430.300,00
--------------------	------------------------------------	--	----------------

6.4 - Treinamentos realizados:

Não houve contratação de treinamentos pelo projeto.

6.5 - Publicações editadas (Título, Referências Bibliográficas):

Não houve publicação.

7. EXECUÇÃO PARCIAL FINANCEIRA EM US\$

Linha Orçament.	Descrição de Insumos	Fonte de Recurso	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
71300	Local Consultants	30071 - NEX	0	56.403,36	99.353,16	101.636,30	112.511,10	91.915,50	87.102,01	55.662,18
71600	Travel	30071 - NEX	0	206.513,53	81.182,37	138.369,06	260.602,75	66.277,04	113.737,70	68.560,17
72100	contractual services-companies	30071 - NEX	0	0	0	71.374,13	195.310,02	20.138,98	18.830,66	157.514,90
73500	Reimbursement costs	30071 - NEX	0	800	1.393,62	1400	800	1000	600	400
74200	audio visual & print prod costs	30071 - NEX	435,48	6.308,57	3.819,71	6416,43	4627,3	2.014,49	9.313,06	1005,62
76100	foreign exchange currency loss	30071 - NEX	0	-205,80	0	-83,8	-2.179,03	1	-4,06	-13,06
	SUBTOTAL		435,48	269819,66	185748,86	319112,12	571672,14	181347,01	229579,37	283.129,81
75100	GMS	30071 - NEX	21,774	13501,33	9287,443	15955,606	28583,607	9067,3505	11478,9685	14157,19
	TOTAL executado	2.142.897,72	457,25	283.320,99	195.036,30	335.067,73	600.255,75	190.414,36	241.058,34	297.287,00
	Total orçamentário do projeto	2.302.774,66								

8. CONCLUSÕES

8.1 – Conclusões/outras observações:

O Brasil vem aumentando seu apoio à conservação e uso sustentável da biodiversidade nacional com resultados notáveis, tais como a redução do desmatamento e a geração de conhecimento sobre biodiversidade. Ao mesmo tempo, a qualidade de vida de nossa população vem melhorando significativamente através de esforços efetivos para erradicar a pobreza e a fome. Como um dos países megadiversos, o Brasil permanece comprometido com o desenvolvimento e a implementação de políticas e soluções para integrar a conservação e o uso sustentável dos recursos biológicos em estratégias de desenvolvimento sustentável. Um avanço importante foi obtido com relação à geração e sistematização de informações científicas sobre a biodiversidade brasileira, inclusive através de uma avaliação abrangente da situação de conservação de todas as espécies conhecidas no país de vertebrados e parte dos invertebrados; da revisão em curso das listas de espécies ameaçadas; e da preparação de Planos de Ação para a conservação de espécies ameaçadas. Outro passo relevante foi a criação, em fevereiro de 2014, do Programa Nacional para a Conservação de Espécies Ameaçadas – o Programa Pró-Espécies, que adota oficialmente as diferentes categorias de ameaça da IUCN para as espécies ameaçadas, e estabelece outros instrumentos estruturantes para melhorar o trabalho de conservação das espécies. Será necessário continuar e aumentar os esforços atuais para alcançar uma redução significativa do risco de extinção das espécies ameaçadas brasileiras. Embora o Brasil tenha avançado na identificação de espécies invasoras e das rotas utilizadas por elas, é necessário aumentar os esforços para completar a estrutura legal e política, assim como para tratar efetivamente dos impactos causados pelas espécies invasoras. Desafios significativos ainda permanecem para alcançar o uso sustentável dos recursos aquáticos vivos, incluindo a geração de informações essenciais sobre os estoques existentes e o desenvolvimento de sistemas adequados de monitoramento.

O projeto auxiliou na implementação das ações da Convenção no período, possibilitando a elaboração de documentos e portarias que institucionalizaram ações previstas na Convenção como as portarias de governança dos novos sítios Ramsar, a portaria da estratégia Ramsar e as reuniões do CNZU que auxiliaram o MMA no desenho de novas prioridades para a questão das áreas úmidas no Brasil.

Neste projeto foram concebidos mecanismos e instrumentos para implementação dos objetivos, direitos e compromissos assumidos pelo Brasil com a ratificação de Acordos Internacionais relacionados à biossegurança e à diversidade genética, pode-se citar, a Lei 13.123/15 e o Decreto 8772/16 que regulamentam a Convenção sobre Diversidade Biológica. A Lei 13.123 sancionada em 2015 é o resultado de um projeto de Lei do executivo que foi enviado para o Congresso Federal em junho de 2014 e tramitou na câmara dos deputados com o número de PL 7735/2014. Atualmente o novo sistema de acesso e repartição de benefícios brasileiro já está em funcionamento, e é adequado às regras do Protocolo de Nagoia (ainda na ser ratificado pelo Brasil).

Além da CDB, pode-se citar o Protocolo de Cartagena (de Biossegurança) e o Tratado internacional da FAO para alimentação e Agricultura (TIRFAA).

Quanto à Biossegurança, a CTNBIO é o órgão responsável pelo apoio técnico na formulação, atualização e implementação da Política Nacional de Biossegurança, e funciona no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC. Entre 2012 e 2018 a CTNBIO expediu, pelo menos, 10 resoluções normativas que podem ser consultadas no endereço: <http://ctnbio.mcti.gov.br/resolucoes-normativas>

Em 2012, foram realizadas discussões com o setor acadêmico/científico no que diz respeito à definição de estratégias para a internalização e implementação do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança. Em 2017, foi feito um estudo sobre as relações entre a legislação brasileira ambiental e legislação sobre biossegurança de organismos vivos geneticamente modificados. Tanto o Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, quanto o Tratado Internacional de Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura - TIRFAA possuem diversas propostas legislativas de internalização e reforma tramitando no congresso. De 2012 a 2015 foram realizadas capacitações sobre o tema e reuniões para a definição de ações e estratégias para a criação de zonas de proteção da agrobiodiversidade, que poderão ser implementadas futuramente para minimizar a contaminação dos parentes silvestres das principais espécies de plantas

cultivadas e das variedades convencionais, incluindo as variedades crioulas, por variedades geneticamente modificadas - as Reservas Genéticas.

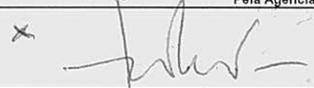
Em relação à conservação e uso sustentável da caatinga e combate à desertificação houve um estreitamento e ampliação das relações com as instituições que trabalham com o assunto, embora a SBio, em especial o Núcleo Caatinga, já mantivesse uma boa articulação institucional na região do bioma. O avanço na articulação foi considerável com os setores do MMA e outras instituições relacionadas com a convenção sobre mudanças climáticas, com as quais a SBio tinha pouca articulação na região semiárida, mais especificamente na caatinga. Os instrumentos produzidos foram muito estratégicos devido à sua relevância e complementariedade com as atividades que vinham sendo desenvolvidas para a promover ações sinérgicas entre a Convenção sobre Diversidade Biológica e as convenções sobre combate à desertificação e mudanças climáticas.

O Brasil vem cumprindo os compromissos de ordem ambiental assumidos no âmbito do Sistema do Tratado da Antártica - STA. Apesar do incêndio que destruiu a EACF, os procedimentos para retirada dos escombros e processo de monitoramento ambiental iniciado na área da estação brasileira, além do processo de reconstrução seguindo todos os requisitos ambientais, colocam o Brasil em posição de destaque no STA como um país que cumpre as diretrizes do Protocolo de Madri em suas atividades no continente antártico.

ANEXO 1 – PLANO DE SEGUIMENTO RELATIVO AO ANO FISCAL 2015

Plano de Ação das Observações e Recomendações de Auditorias Anteriores												
Número do Projeto Atlas			Project 00079615 / Output 00062222									
Título do Projeto			BRA/08/023 – Título: Apoio à Implementação dos Compromissos das Convenções Internacionais que Tratam da Biodiversidade									
Ano Fiscal			2015									
Opinião da Auditoria			(escolher)									
Item No.	Observação	Recomendação	Área de Auditoria	Risco (severidade)	Comentários do Gestor do Projeto e/ou do PNUD	Ações Planejadas	Prazo de Implementação (mota)	Unidade Responsável pela Ação	Pessoa Responsável pela Ação	Status Atualizado	Data Efetiva de Implementação	Descrição do status atualizado
	(constatação da auditoria)	(recomendação da auditoria)	(escolher)	baixo	Comentários aplicáveis	Descrever ações de mitigação dos achados	Prazo estimado	Indicar Unidade	Indicar responsável	(escolher status)	Indicar data efetiva de implementação, se tiver ocorrido	Descrever o que/como foi implementado, brevemente
1	1.1.1.1- Baixa execução físico-financeira do Projeto	Recomendação 1: Apresentar na nova revisão do documento do Projeto Junto ao PNUD metas físicas e financeiras factíveis e alinhadas ao planejamento estratégico do Ministério	Gestão	Medium	O processo de nova Revisão Substantiva do Projeto está em andamento. Em junho deste ano, encaminhamos para apreciação da ABC a proposta da Revisão Substantiva do Projeto BRA/11/001 – Apoio para a Implementação dos Compromissos das Convenções Internacionais que tratam da Biodiversidade. Em setembro, recebemos o resultado da análise técnica da ABC/MRE contendo apontamentos e solicitando alteração e/ou explicações sobre algumas atividades do Projeto. Os apontamentos foram respondidos e o documento novamente encaminhado à ABC. Assim que tivermos o documento aprovado, encaminharemos à CGU.	O processo de nova Revisão Substantiva do Projeto já foi iniciado.	31-May-16	Project Mngt	Gabinete da SBF - chefe de gabinete	concluído	23/12/2016	Revisão do Bra/11/001 assinada em 23/12/2016 e encaminhada à CGU.
2	1.1.8.1- Estimativa do valor total do Termo de Referência não condizente com o realizado.	Recomendação 1: Refazer a estimativa de preços dos produtos contratados no termo de referência em questão, considerando os dias efetivamente trabalhados, de maneira a buscar uma repactuação dos valores estabelecidos para os produtos preservando os objetivos inicialmente almeçados.	PF	Medium	Primeiramente cabe ressaltar que conversamos com o PNUD e nos foi dito que nenhuma adequação ou repactuação de valores poderia ser realizada no âmbito de seus contratos. No entanto, devido aos esforços de consultores contratados e de especialistas e técnicos e dirigentes do MMA, tanto a proposta do Santuário da Baleia do Atlântico Sul - SAWS como seu plano de manejo foram aprovados nas reuniões do Comitê Científico e do Comitê de Conservação da CIB, em junho deste ano. Nas referidas reuniões foram apenas feitas recomendações de ajustes pontuais e de melhoria de redação dos documentos, que foram respondidas pelo MMA e ICMBio. Portanto, devido a não necessidade de revisão do documento do Plano de Manejo e da proposta do SAWS, não há mais pertinência pela continuidade dos produtos 3 e 4 previstos na citada consultoria, que estavam condicionados as eventuais recomendações de revisão por parte da CIB. Sendo assim, o MMA recomendou o encerramento do contrato vigente junto ao PNUD. A rescisão foi enviada ao consultor em agosto, porém, mesmo com a concordância apresentada pelo consultor, o documento ainda não foi devolvido assinado.	Em avaliação o melhor encaminhamento para o contrato em questão.	01-Apr-16	Project Mngt	Coordenadora da COPI e Coordenador do DESP	concluído	18/08/2016	Foi cancelada a consultoria em questão
3	1.1.8.3- Falta de transparência e fragilidades na avaliação curricular de candidatos em processos de seleção de consultoria de pessoa física.	Recomendação 1: Conferir maior transparência e objetividade à etapa de avaliação curricular, com a identificação clara dos itens dos currículos que foram considerados para a atribuição dos pontos em cada critério de avaliação, estabelecendo - de forma a facilitar esse processo e se a Unidade assim julgar conveniente - modelo de apresentação de currículo nos termos de referência.	0	Low	Foi passada orientação às áreas técnicas que, quando da avaliação dos currículos demonstrassem, seja no quadro de pontuação ou a parte, quais as experiências do currículo que estavam sendo pontuadas. As áreas estão atendendo à demanda. No entanto, não julgamos conveniente definir o modelo para apresentação dos currículos visto que, no passado, tentamos fazê-lo e vimos que os candidatos não adequavam os currículos ao formato solicitado.	Já aplicada aos TDRs em andamento.	01-Apr-16	Project Mngt	Coordenadora da COPI	concluído	22/11/2016	Foi encaminhada resposta à CGU e aceita por ela no dia 29/11/2016(conforme o sistema monitor da CGU)

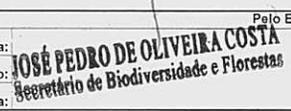
Pela Agência Executora:

Assinatura: 

Nome e Título: Diretor Nacional de Projeto

Data: ___/___/2017

Pelo Escritório do PNUD:

Assinatura: 

Nome e Título: **JOSE PEDRO DE OLIVEIRA COSTA**
Secretário de Biodiversidade e Florestas

Data: ___/___/___

Por parte dos Auditores do Governo/Firma de Auditoria:

Assinatura: _____

Nome/Título: _____

Data: _____

Carimbo do Auditor/Firma: _____